



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional.

Requeiro, nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública, no âmbito desta Comissão Permanente, convidando os Senhores NELSON SALGADO, Diretor Presidente da VISIONA Tecnologia Espacial S.A., e CAIO CÉSAR BONILHA, Presidente da TELEBRÁS.

Sala das Sessões, de julho de 2013.

Deputado HUGO NAPOLEÃO



JUSTIFICAÇÃO

Ao receber, no dia 11 de julho de 2013, o Ministro das Comunicações Paulo Bernardo, o Presidente da comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço declarou:

“Queremos ir além da indignação. Precisamos agir com rapidez e eficiência para salvaguardar os nossos direitos e impedir que voltem a ser prejudicados.

A ninguém é dado ignorar eu vivemos tempos revolucionários em consequência da tecnologia da informação e do conhecimento”.

Ir além da indignação é natural . Devemos aperfeiçoar os instrumentos de que dispomos, sobretudo em face da denúncia do consultor americano Edward Snowden acerca das atividades da NSA (National Security Agency) dos Estados Unidos no âmbito das comunicações com diversos países, inclusive o Brasil.

Esta a razão da ida do Ministro à Comissão.

Uma das medidas a serem tomadas pelo Governo em breve seria a aquisição de um satélite geoestacionário, pois haveria uma licitação em curso e a decisão da mesma estaria iminente. Sua Excelência mencionou propostas dos Estados Unidos, de um consórcio europeu Ítalo-Frances e do Japão.

Trata-se de versão mais modesta do que o Satélite Geoestacionário Brasileiro programado desde o início da década de 2000 e objeto de certa tensão entre órgãos da administração federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

É certo que o satélite faz parte do âmbito das comunicações, mas houve debates e conflitos que postergaram a decisão. Agora volta à tona em razão da vulnerabilidade com o amplamente anunciado pelo Financial Times, o Le Monde, The Guardian, e no New York Times.

O atual projeto está consubstanciado no Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC) e executado pela empresa VISIONA Tecnologia Espacial S.A., resultado de uma parceria entre a Embraer e a Telebrás.

Em virtude do amplo espectro de escutas no âmbito do Echelon, há necessidade da urgente introdução de medida rigorosa de segurança através da aquisição do satélite.

É sabido que o governo federal desenvolveu um sistema racional para a indústria de defesa, tendo como base a qualidade e a transferência de tecnologia.

Como as tecnologias militares e estratégicas resultam de grandes investimentos públicos e privados, há o componente “custo” que é repassado ao país recipiando com alívio do país detentor, o que estimula a transferência.

O risco consiste no Estado querer implantar tecnologias com custo inferior. Gera conflito de interesse que pode afetar a aquisição do satélite geoestacionário. Afirmar que a função governamental é não apoiar transferências tecnológicas induz a fator de risco.

O Bandeirante, custando 50% a mais que o similar importado foi a opção estimulada pela FAB!

A presente situação não pode conduzir a “oportunismos de ocasião”!

De um lado a política espacial deve vincular-se a adequado satélite geoestacionário para as funções de defesa, comunicação e observação e também ao programa nacional de controle e vigilância do espaço aéreo vinculado a uma indústria nacional de radares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A ação da VISIONA deve conter elementos de ampliação e capacitação da indústria brasileira. Mandante e mandatário estão em sintonias diferentes. O mandatário tem legitimidade para defender custos inferiores de investimento e operação, não assumindo os ônus do interesse público de receber tecnologia. Quem dirime este conflito?

Não se pode imaginar que a VISIONA vislumbre progresso restrito. É preciso avaliar e sopesar.

À luz do exposto, considero de maior importância a presença do Dr. Nelson Salgado e do Dr. Casio Cesar Bonilha nesta Comissão.

Sala das Sessões, de julho de 2013.

Deputado HUGO NAPOLEÃO